CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

WASHINGTON COSTA/MF



Ministro do Planejamento, Bruno Moretti foi surpreendido

Palácio do Planalto cobra cautela do PT em relação ao pacote

Assessores do presidente Lula dividiram-se entre preocupados e muito irritados com a atuação dos petistas nesta quarta-feira (11) durante exposição do ministro do Planejamento, Bruno Moretti, na Comissão Mista de Orçamento.

Moretti foi apresentar o pacote de corte de gastos do governo enviado ao Congresso. Na volta,reclamou no governo do constrangimento que passou por ter sofrido os maiores ataques exatamente de integrantes do PT.

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), ex-líder do partido, tomou o noticiário ao dizer na frente do ministro, que ele iria rachar a base governnista se tentasse impor goela abaixo do Congresso o pacote.

O secretário-executivo do Planejamento, Guilherme Mello, foi destacado para, na quarta-feira mesmo, se reunir e tentar convencer a bancada do PT sobre as medidas.

"Nós vamos mexer"

Pelo menos ficou acertado entre a bancada e Palácio do Planalto que a bancada irá evitar manifestações públicas por enquanto. Inclusive o próprio Lindbergh.

Mas nem a Fazenda, nem o Planejamento conseguiram convencer a maioria dos deputados do acerto do pacote.

Na CMO, Lindbergh revelou que já foi preparado "um conjunto de propostas discutidas com vários parlamentares, de vários partidos" que serão apresentadas durante a tramitação do pacote. "Nós vamos mexer", disse Lindbergh.

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Lindbergh Farias

Emendas estão sendo preparadas

A proposta "número 1" dos petistas rebelados é retirar investimentos públicos das regras fiscais. O documento vai resultar em várias propostas de emendas ao projeto do governo que serão apresentadas durante a tramitação.

As emendas ao texto que os petistas mais discutem são voltadas para a preservação do salário mínimo e do orçamento destinado a áreas prioritárias, como saúde e educação, assim como a taxação dos super ricos e um corte radical nos subsídios aos grandes conglomerados do setor privado.

Investimento não é gasto, disse o próprio Lula

O principal argumento da esquerda é que Lula não pode faltar com a palavra que deu na campanha eleitoral.

Nos comícios e nos debates, por exemplo, Lula sempre afirmou que "investimento público não é gasto". É com base nessa afirmação do presidente que o tal documento a que se referiu Lindbergh propõe que os investimentos sejam retirados das regras fiscais.

PT no Senado tranquilo

O texto base dessa primeira fase do ajuste fiscal foi aprovado nesta quinta-feira no Senado sem maiores reclamações da bancada do PT.

Na chamada Casa Alta, os senadores petistas são mais veelhos, mais maduros e, boa parte, ex-governadores.

Flexibilizar na Saúde

O senador petista Humberto Costa (PE), por exemplo, já foi ministro da Saúde e presidente nacional do PT. Ele disse que acha aceitável a possibilidade de remanejamento de verbas entre as áreas de Saúde e Educação proposta no pacote.

"Às vezes sobra um pedaço do Orçamento de um lado que pode seu usado no outro", afirma.

O mercado não convence

Não só petistas estão revoltados com o comportamento do mercado em relaççao às taxas de juros. Também políticos do centrão e até da direita acham que nada saciará o mercado.

Assim que o pacote foi divulgado, na quarta-feira (11) o mercado até reagiu bem. Mas já no dia seguinte os agentes financeiros começaram a reclamar.

Mercado quer mais

Os Juros Futuros (DIs) apresentaram alta ao longo do dia: o DI para janeiro de 2028 foi a 14,29% e o de janeiro de 2031 subiu para 15,10%. O dólar subiu 1,58%, cotado a R$ 5,65. O Ibovespa fechou em baixa de 0,43%, aos 171.324 pontos. Explicações: desconfiança com o pacote de ajuste fiscal teria deixado investidores insatisfeitos.

Miinistro do mercado

A expectativa agora no PT é quanto ao nome do ministro da Fazenda. Reservadanente os petistas acreditam que essa pressão toda do mercado tem como próximo objetivo colocar um miniistro da Fazenda que não siga a cartilha heterodoxa. Um minustro liberal, de preferência do próprio mercado. E que Lula pode ceder.

A luta continua!

Continua forte entre petistas a proposta do economista André Lara Resende de corte radical da Taxa Selic para interromper o que chamam de "armadilha do mercado": juros subindo, e aumento da dívida pública, corte de gastos para cobrir o rombo que isto causa no Orçamento. O problema é a resistência da área econômica do governo.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



BB acusa empresas ligadas ao agro de não pagarem dívidas

Bancada do Agro reage à acusação de calote do Banco do Brasil

Entidades ruralistas pressionam por nova renegociação das dívidas

Por **Beatriz Matos**

O Banco do Brasil abriu uma frente de tensão com entidas do agronegócio e até o Congresso, ao acusar parte dos produtores rurais de estar dando calote nas dívidas com a instituição financeira.

A polêmica ganhou força nesta quinta-feira (12), durante a apresentação dos resultados do terceiro trimestre do Banco do Brasil. A presidente da instituição, Tarciana Medeiros, afirmou que, apesar das oportunidades de renegociação com recursos subsidiados e prazos de até dez anos, a recuperação dos pagamentos ficou abaixo das expectativas.

"Parte dos grandes e médios produtores optaram por não pagar e nem renegociar e se recusaram a apresentar garantias", afirmou a executiva.

As declaração ocorreu um dia depois de o Congresso aprovar mudanças nas regras de renegociação do endividamento rural e em meio à pressão da bancada ruralista por medidas mais abrangentes para atender ao setor.

Na avaliação da direção do banco, a expectativa de conseguir condições mais vantajosas por meio de iniciativas do Congresso contribuiu para a baixa adesão às renegociações. Os problemas estão concentrados principalmente nas cadeias de soja, milho e pecuária do Centro-Oeste.

Na quarta-feira (11), o Senado aprovou a Medida Provisória (MP) 1.376/2026, que amplia as possibilidades de renegociação das dívidas de produtores prejudicados por eventos climáticos extremos. O texto aguarda sanção presidencial. A expectativa por esta sanção é que ainda evita declarações mais exaltadas.

Os parlamentares ruralistas tentam preservar, na sanção presidencial, as mudanças negociadas no Congresso e buscam avançar em novas alternativas para reduzir o endividamento do setor.

A senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura, comemorou a aprovação da MP, mas insistiu que outras iniciativas são necessárias para garantir a continuidade dos investimentos.

"Não é a solução definitiva. Precisamos do fundo garantidor, do seguro rural, de outras medidas", afirmou a senadora. Já o senador Jaime Bagattoli (PL-RO) classificou a medida provisória como paliativa. Disse que o endividamento dos agricultores deve-se também à queda dos preços das commodities e aos juros elevados.